



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3194/2024  
Data: 11/12/2024 - Horário: 14:39  
Legislativo

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE  
DISPONIBILIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES  
EM ÁUDIO POR MEIO DO APLICATIVO  
WHATSAPP, PELA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO ESTADO  
DE ALAGOAS, PARA GARANTIR  
ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS CEGAS, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Estado de Alagoas, a obrigatoriedade de que todas as comunicações realizadas pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Alagoas por meio do aplicativo WhatsApp sejam disponibilizadas em formato de áudio, visando garantir a acessibilidade das pessoas cegas ou com deficiência visual.

**Art. 2º** As comunicações que deverão ser disponibilizadas em áudio incluem, mas não se limitam a:

- I – Informações sobre serviços públicos;
- II – Agendamentos e confirmações de consultas, exames ou atendimentos;
- III – Avisos, convocações e comunicados emergenciais;
- IV – Mensagens de orientação ou divulgação de políticas públicas.

**Art. 3º** Para a implementação desta lei, as agências públicas deverão:

- I – Capacitar os servidores responsáveis pela comunicação no uso de ferramentas que possibilitem a gravação e envio de áudios claros e objetivos;
- II – Garantir que os conteúdos em áudio sejam de fácil compreensão e adequados às necessidades da população com deficiência visual;
- III – Assegurar que os conteúdos de texto sejam acompanhados de suas respectivas versões em áudio quando houver interação com o público por meio do WhatsApp.

**Art. 4º** As agências públicas deverão informar os cidadãos sobre a disponibilidade





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

de conteúdos em áudio, incluindo em seus canais de atendimento a informação de que tais opções existem para garantir a acessibilidade.

**Art. 5º** O descumprimento da presente lei ensejará a abertura do competente procedimento administrativo de apuração e responsabilização, na forma da lei, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Art. 6º** Esta lei será regulamentada por ato do Poder Executivo, especialmente no que tange à sua fiscalização.

**Art. 7º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotações próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,                      de                      de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo primordial assegurar o direito à informação e acessibilidade para pessoas cegas ou com deficiência visual no Estado de Alagoas. A medida visa garantir que as comunicações realizadas por agências públicas estaduais, via WhatsApp, sejam acessíveis a todos os cidadãos, promovendo inclusão social, autonomia e dignidade.

A inclusão social é um dos pilares fundamentais de uma sociedade justa e igualitária. Entretanto, pessoas com deficiência visual frequentemente enfrentam barreiras que dificultam o acesso a informações essenciais, seja para realizar agendamentos, receber avisos importantes ou compreender plenamente os serviços públicos disponíveis. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) já estabelece a obrigatoriedade de eliminar barreiras comunicacionais, e este projeto vem a complementar e concretizar tal objetivo, utilizando uma ferramenta de comunicação amplamente difundida: o WhatsApp.

Com o avanço da tecnologia e a popularização de aplicativos de mensagem, o WhatsApp tornou-se um canal eficaz e de fácil acesso para a troca de informações. Integrar a obrigatoriedade de mensagens de áudio nesse meio amplia significativamente a inclusão e reduz as barreiras de comunicação para pessoas cegas ou com baixa visão, sem representar custos elevados para o poder público.

Além disso, a medida contribui para a eficiência administrativa, pois, ao garantir que as informações sejam recebidas de forma clara e acessível, reduz-se a necessidade de atendimentos presenciais ou retrabalho na resolução de dúvidas. Trata-se de uma solução moderna, prática e de alto impacto social, que alinha Alagoas às boas práticas de governança inclusiva.






**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

Portanto, o projeto não apenas promove a inclusão das pessoas com deficiência visual, mas também reforça o compromisso do Estado de Alagoas com a modernização de seus serviços públicos, a transparência e o respeito aos direitos de todos os cidadãos. Dada a relevância e o alcance dessa iniciativa, pede-se o apoio dos nobres parlamentares para aprovação desta proposição.

Sala das sessões,                      de                      de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL